

Mauro Sérgio dos Santos

Curso de Direito Administrativo

5ª Edição

Atualizada de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 01.04.2021)

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Apresentação	1
Prefácio.....	3
Capítulo 1 – Direito Administrativo	5
1.1. Noções Gerais.....	5
1.2. Conceito	6
1.3. Interesse Público	7
1.4. Codificação	8
1.5. Fontes	9
1.5.1. Lei	9
1.5.2. Jurisprudência	10
1.5.3. Regulamento administrativo.....	11
1.5.4. Doutrina	12
1.5.5. Costume.....	13
1.6. Sistemas Administrativos.....	14
1.6.1. Sistema de Jurisdição Única.....	14
1.6.2. Sistema do Contencioso Administrativo.....	15
1.6.3. Sistema Administrativo Brasileiro.....	17
1.7. Regime jurídico-administrativo	18
1.8. A Função Administrativa.....	20

Capítulo 2 – Princípios da Administração Pública.....	23
2.1. Princípios expressos na Constituição de 1988.....	25
2.1.1. Princípio da legalidade	25
2.1.2. Princípio da impessoalidade.....	28
2.1.3. Princípio da moralidade administrativa.....	32
2.1.4. Princípio da publicidade	33
2.1.4.1. Lei de Acesso à Informação	35
2.1.5. Princípio da eficiência.....	38
2.2. Princípios reconhecidos	39
2.2.1. Princípio da supremacia do interesse público.....	39
2.2.2. Princípio da autotutela.....	41
2.2.3. Princípio da indisponibilidade	43
2.2.4. Princípios do contraditório e da ampla defesa	44
2.2.5. Princípio da continuidade dos serviços públicos	46
2.2.6. Princípio da segurança jurídica.....	48
2.2.7. Princípio da motivação.....	48
2.2.8. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	50
2.2.9. Princípio da finalidade	52
Capítulo 3 – Administração Pública	55
3.1. Noções de Estado	55
3.1.1. Poderes do Estado.....	57
3.2. Noções de Governo	59
3.3. Administração Pública	60
3.4. Organização administrativa	62

3.4.1. Pessoas políticas e entidades administrativas	62
3.4.2. Centralização e descentralização.....	63
3.4.3. Desconcentração administrativa	66
3.5. Administração direta	67
3.6. Administração indireta	68
3.6.1. Regime jurídico	70
3.6.2. Autarquia	72
3.6.2.1. Conceito	73
3.6.2.2. Criação e extinção	73
3.6.2.3. Natureza jurídica	74
3.6.2.4. Objeto.....	74
3.6.2.5. Patrimônio.....	75
3.6.2.6. Regime de pessoal	76
3.6.2.7. Prerrogativas das autarquias	78
3.6.2.8. Autarquias profissionais	81
3.6.2.9. Autarquias sob regime especial	83
3.6.2.9.1. Agências.....	83
3.6.2.9.1.1. Agências reguladoras.....	84
3.6.2.9.1.2. Agências executivas	88
3.6.2.10. Consórcios públicos.....	89
3.6.3. Fundações públicas.....	93
3.6.3.1. Conceito	94
3.6.3.2. Natureza jurídica.....	94
3.6.3.3. Objeto.....	96
3.6.3.4. Criação e extinção	97

3.6.3.5. Regime jurídico.....	99
3.6.4. Empresas estatais	102
3.6.4.1. Empresa pública	104
3.6.4.2. Sociedade de economia mista	104
3.6.4.3. Criação e extinção de empresas públicas e sociedades de economia mista	105
3.6.4.4. Regime jurídico.....	107
3.6.4.5. Regime de pessoal.....	110
3.6.4.6. Falência e Regime Tributário	112
3.6.4.7. Licitação	113
3.6.4.8. Traços distintivos entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	115
3.6.4.8.1. A composição do capital.....	116
3.6.4.8.2. A forma jurídica adotada.....	117
3.6.4.8.3. O foro dos litígios.....	118
Capítulo 4 – Órgãos Públicos.....	121
4.1. Aspectos Gerais.....	121
4.2. Criação e extinção	125
4.3. Capacidade para estar em juízo.....	126
4.4. Classificação dos Órgãos Públicos	128
4.4.1. Quanto à posição hierárquica (órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos).....	128
4.4.2. Quanto à estrutura (órgãos simples e compostos)	130
4.4.3. Quanto à atuação funcional (órgãos singulares e colegiados)	130

Capítulo 5 – As Entidades Paraestatais	133
5.1. Introdução.....	133
5.2. Serviços Sociais Autônomos	134
5.3. Organizações Sociais.....	137
5.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	140
5.5. Traços distintivos entre as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	143
 Capítulo 6 – Poderes dos Administradores Públicos.....	 145
6.1. Introdução	145
6.2. Abuso de Poder.....	147
6.2.1. Excesso de poder	148
6.2.2. Desvio de finalidade	149
6.3. Poderes administrativos em espécie	150
6.3.1. Poder vinculado.....	151
6.3.2. Poder discricionário	152
6.3.3. Poder hierárquico.....	155
6.3.4. Poder disciplinar	158
6.3.5. Poder regulamentar	162
6.3.5.1. Decreto autônomo	165
6.3.6. Poder de polícia	166
6.3.6.1. Distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária	169
6.3.6.2. Delegação dos atos de polícia.....	170
6.3.6.3. Atributos do Poder de Polícia	173

6.3.6.3.1. Discrecionalidade	173
6.3.6.3.2. Autoexecutoriedade.....	174
6.3.6.3.3. Coercibilidade	176
Capítulo 7 – Ato Administrativo	179
7.1. Introdução.....	179
7.2. Conceito	180
7.3. Requisitos dos Atos Administrativos.....	182
7.3.1. Competência.....	183
7.3.2. Finalidade.....	186
7.3.3. Forma	188
7.3.4. Motivo.....	190
7.3.4.1. Distinção entre motivo e motivação.....	191
7.3.4.2. Teoria dos motivos determinantes	193
7.3.5. Objeto.....	195
7.4. Mérito do Ato Administrativo.....	196
7.5. Atributos do Ato Administrativo	202
7.5.1. Presunção de Legitimidade	202
7.5.2. Imperatividade.....	203
7.5.3. Autoexecutoriedade	204
7.5.4. Tipicidade	205
7.6. Classificação dos Atos Administrativos	206
7.6.1. Quanto aos destinatários (atos individuais e gerais)	206
7.6.2. Quanto ao alcance (atos internos e externos).....	207

7.6.3. Quanto ao seu regramento (atos vinculados e discricionários)	209
7.6.4. Quanto à formação (atos simples, complexos e compostos).....	210
7.6.5. Quanto ao seu objeto (atos de império, de gestão e de expediente)	212
7.6.6. Quanto aos efeitos (atos constitutivos, extintivos, modificativos, declaratórios e enunciativos)	213
7.6.7. Quanto à eficácia (atos válidos, nulos, anuláveis e inexistentes).....	215
7.6.8. Quanto à exequibilidade (atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados).....	217
7.7. Espécies de Atos Administrativos.....	218
7.7.1. Atos ordinatórios.....	219
7.7.2. Atos negociais.....	219
7.8. O regulamento administrativo	220
7.9. Extinção dos Atos Administrativos.....	226
7.9.1. Anulação	227
7.9.1.1. Competência para anular	228
7.9.1.2. Efeitos da anulação.....	230
7.9.2. Revogação	233
7.9.2.1. Competência para revogar	235
7.9.2.2. Efeitos da revogação	236
7.9.3. Cassação.....	237
7.10. Convalidação	237
7.10.1. Convalidação tácita	240

Capítulo 8 – Agentes Públicos	243
8.1. Introdução	243
8.2. Agentes políticos.....	244
8.3. Servidores públicos.....	245
8.3.1. Servidores estatutários.....	246
8.3.2. Empregados públicos.....	247
8.3.3. Servidores temporários	248
8.4. Militares.....	249
8.5. Particulares em colaboração com o Poder Público	251
8.5.1. Agentes delegados.....	251
8.5.2. Agentes honoríficos	252
8.5.3. Agentes credenciados	252
8.6. Terceirização	253
8.7. Regime constitucional dos Servidores Públicos	256
8.7.1. Acessibilidade a funções, cargos e empregos públicos	256
8.7.2. O concurso público	257
8.7.3. Exceções à obrigatoriedade do concurso público	260
8.7.4. Prazo de validade do concurso.....	260
8.7.4.1. Direito subjetivo à nomeação	262
8.7.5. Pessoas portadores de deficiências – reserva de vagas	264
8.7.5.1. Cotas para negros ou pardos em concursos públicos	265
8.7.6. Contratação temporária	265
8.7.7. Cargos em comissão e funções de confiança	267
8.7.8. Liberdade de associação sindical.....	270

8.7.9. Direito de greve dos servidores públicos.....	270
8.7.10. A remuneração dos agentes públicos.....	273
8.7.11. Proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	280
8.7.12. Regras relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos	285
8.7.13. Estabilidade	287
8.7.14. Estágio probatório	292
8.7.15. Regime previdenciário do servidor público.....	294
8.7.15.1. Aposentadoria.....	299
8.7.15.1.1. Aposentadoria especial dos professores.....	301
8.7.15.1.2. Aposentadoria voluntária	303
8.7.15.1.2.1. Abono de permanência.....	304
8.7.15.1.3. Aposentadoria por incapacidade permanente	305
8.7.15.1.4. Aposentadoria compulsória	307
8.7.15.1.5. Contribuição obrigatória do aposentado.....	308
8.7.15.2. Pensão por morte	309
8.8. Regime legal dos Servidores Públicos Federais.....	310
8.8.1. Cargos e funções públicas.....	312
8.8.2. Provedimento	314
8.8.2.1. Nomeação	314
8.8.2.2. Promoção	315
8.8.2.3. Readaptação	316
8.8.2.4. Reversão.....	317
8.8.2.5. Aproveitamento	318

8.8.2.6. Reintegração.....	318
8.8.2.7. Recondução.....	319
8.8.3. Posse.....	320
8.8.4. Exercício	321
8.8.5. Estágio probatório.....	322
8.8.6. Desligamento do cargo público	324
8.8.7. Vacância.....	325
8.8.8. Remoção	327
8.8.9. Redistribuição.....	328
8.8.10. Substituição	329
8.8.11. Direitos e vantagens dos servidores.....	329
8.8.11.1. Vencimento e remuneração	329
8.8.11.2. Indenizações.....	331
8.8.11.2.1. Ajuda de custo.....	332
8.8.11.2.2. Diárias.....	332
8.8.11.2.3. Indenização de transporte	333
8.8.11.2.4. Auxílio-moradia	333
8.8.11.3. Retribuições, gratificações e adicionais	335
8.8.11.3.1. Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento	335
8.8.11.3.2. Gratificação natalina.....	335
8.8.11.3.3. Gratificação por encargo de curso ou concurso	336
8.8.11.3.4. Adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas.....	337
8.8.11.3.5. Adicional por serviço extraordinário.....	339

8.8.11.3.6. Adicional noturno.....	339
8.8.11.3.7. Adicional de férias	340
8.8.12. Férias.....	340
8.8.13. Licenças	341
8.8.13.1. Licença por motivo de doença em pessoa da família.....	342
8.8.13.2. Licença por motivo de afastamento do cônjuge.....	343
8.8.13.3. Licença para o serviço militar.....	343
8.8.13.4. Licença para atividade política	344
8.8.13.5. Licença para capacitação	345
8.8.13.6. Licença para tratar de interesses particulares	345
8.8.13.7. Licença para o desempenho de mandato classista	346
8.8.14. Afastamentos	346
8.8.14.1. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade	347
8.8.14.2. Afastamento para exercício de mandato eletivo	348
8.8.14.3. Afastamento para estudo ou missão no exterior.....	348
8.8.14.4. Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país	349
8.8.15. Concessões	350
8.8.16. Horário especial para servidor estudante ou portador de deficiência.....	350
8.8.17. Regime disciplinar.....	351
8.8.17.1. Deveres.....	352
8.8.17.2. Proibições.....	352
8.8.17.3. Responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor	354

8.8.17.4. Penalidades	355
8.8.17.4.1. Advertência	356
8.8.17.4.2. Suspensão	357
8.8.17.4.3. Demissão.....	358
8.8.17.4.4. Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.....	360
8.8.17.4.5. Destituição de cargo em comissão	361
8.8.17.5. Processos de natureza disciplinar.....	362
8.8.17.5.1. Sindicância.....	364
8.8.17.5.1.1. Afastamento preventivo.....	365
8.8.17.5.2. Processo administrativo disciplinar.....	365
8.8.17.5.2.1. Inquérito	369
8.8.17.5.2.1.1. Instrução	369
8.8.17.5.2.1.2. Defesa	371
8.8.17.5.2.1.3. Relatório	372
8.8.17.5.3. Julgamento.....	372
8.8.17.5.4. Procedimento sumário (acumulação ilegal de cargos, abandono de cargo e inassiduidade habitual)	374
8.8.17.6. Revisão do processo.....	376
8.8.18. Benefícios do servidor	376
8.8.18.1. Auxílio-natalidade	377
8.8.18.2. Salário-família.....	377
8.8.18.3. Licença para tratamento de saúde	378
8.8.18.4. Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade	378
8.8.18.5. Licença por acidente em serviço	379

8.8.18.6. Auxílio-funeral	380
8.8.18.7. Auxílio-reclusão	380
Capítulo 9 – Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado	383
9.1. Introdução e conceito	383
9.2. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva	385
9.3. Evolução histórica da Responsabilidade Civil do Estado	387
9.3.1. Teoria da irresponsabilidade.....	387
9.3.2. Teoria da responsabilidade com culpa.....	388
9.3.3. Teoria da culpa administrativa	390
9.3.4. Teoria da responsabilidade objetiva	391
9.3.4.1. A teoria do risco administrativo como fundamento para a responsabilidade objetiva do Estado	393
9.4. A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado no Direito Brasileiro.....	396
9.4.1. Requisitos da responsabilidade objetiva do Estado	400
9.4.2. Hipóteses que excluem a responsabilidade estatal	403
9.4.2.1. Força maior e caso fortuito.....	403
9.4.2.2. Culpa da vítima	406
9.4.2.3. Ato de terceiro.....	408
9.4.3. A responsabilidade civil do Estado nos casos de omissão.....	409
9.4.4. Responsabilidade primária e subsidiária	418
9.4.5. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	421
9.4.6. Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais	423
9.4.7. A reparação do dano	424
9.4.7.1. Prescrição	425

9.4.8. Responsabilidade do agente público: direito ou dever de regresso do Estado?	427
--	-----

Capítulo 10 – Controle da Administração Pública 433

10.1. Introdução e conceito	433
10.2. Espécies de controle	434
10.2.1. Quanto à origem (controle interno e externo)	434
10.2.2. Quanto ao momento de exercício (controle prévio, concomitante e posterior).....	435
10.2.3. Quanto ao objeto (controle de juridicidade e controle de mérito)	436
10.2.4. Quanto à amplitude (controle hierárquico e finalístico)	437
10.3. Controle administrativo	438
10.3.1. Instrumentos de controle administrativo	439
10.3.1.1. Direito de petição	440
10.3.1.2. Recursos administrativos	441
10.3.1.2.1. Efeitos	443
10.3.1.2.2. Espécies de recursos administrativos.....	444
10.3.1.2.2.1. Representação	444
10.3.1.2.2.2. Pedido de reconsideração	445
10.3.1.2.2.3. Recurso hierárquico	446
10.3.1.2.2.4. Revisão	448
10.3.2. Prazos extintivos	449
10.3.2.1. Prazos extintivos para os administrados	450
10.3.2.2. Prazos extintivos para a Administração	452

10.3.2.2.1. A prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário	453
10.3.3. Irretratabilidade administrativa (coisa julgada administrativa)	454
10.4. Controle legislativo.....	455
10.4.1. Controles político e financeiro	456
10.4.2. Hipóteses de controle político.....	456
10.4.2.1. Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.....	458
10.4.3. Hipóteses de controle financeiro	460
10.5. Controle jurisdicional.....	462
10.5.1. Habeas corpus.....	464
10.5.1.1. Espécies.....	465
10.5.1.2. Legitimidade ativa e passiva.....	466
10.5.1.3. Punições disciplinares militares	467
10.5.2. Habeas data.....	467
10.5.2.1. Legitimidade ativa e passiva.....	468
10.5.2.2. Procedimento.....	469
10.5.2.3. Competência.....	470
10.5.3. Mandado de segurança	471
10.5.3.1. Direito líquido e certo	472
10.5.3.2. Legitimidade ativa e passiva	473
10.5.3.3. Procedimento	474
10.5.3.4. Mandado de segurança coletivo	475
10.5.4. Mandado de injunção.....	477
10.5.4.1. Legitimidade ativa e passiva.....	478

10.5.4.2. Evolução jurisprudencial.....	479
10.5.4.3. Efeitos do Mandado de Injunção.....	481
10.5.5. Ação popular.....	482
10.5.5.1. Legitimidade ativa e passiva.....	483
10.5.5.2. Competência.....	485
10.5.6. Ação civil pública.....	485
10.5.6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	486
10.5.7. Ação de improbidade administrativa.....	488
10.5.7.1. Agentes políticos.....	490
10.5.7.2. Atos de improbidade.....	491
10.5.7.3. Procedimento.....	495
Capítulo 11 – Licitações Públicas.....	501
11.1. Introdução.....	501
11.2. Conceito.....	503
11.3. Natureza Jurídica.....	503
11.4. A licitação no ordenamento jurídico brasileiro.....	504
11.5. Destinatários do Estatuto de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).....	505
11.6. Princípios da Licitação.....	508
11.6.1. Princípio da legalidade.....	509
11.6.2. Princípio da impessoalidade.....	510
11.6.3. Princípios da moralidade e probidade administrativa.....	510
11.6.4. Princípio da publicidade.....	512
11.6.5. Princípio da transparência.....	513

11.6.6. Princípio da eficiência.....	514
11.6.7. Princípio da eficácia	515
11.6.8. Princípio do interesse público	515
11.6.9. Princípio da igualdade.....	516
11.6.10. Princípio do planejamento.....	517
11.6.11. Princípio da segregação de funções	518
11.6.12. Princípio da motivação.....	519
11.6.13. Princípio da vinculação ao edital.....	520
11.6.14. Princípio do julgamento objetivo.....	521
11.6.15. Princípio da segurança jurídica.....	521
11.6.16. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade	522
11.6.17. Princípio da competitividade.....	524
11.6.18. Princípio da celeridade	524
11.6.19. Princípio da economicidade.....	525
11.6.20. Princípio do desenvolvimento sustentável	526
11.7. Contagem de Prazos	526
11.8. Obrigatoriedade da Licitação	527
11.9. Exceções à obrigatoriedade de Licitação.....	528
11.9.1. Inexigibilidade de Licitação.....	529
11.9.1.1. Fornecedor exclusivo.....	529
11.9.1.2. Profissionais do setor artístico	530
11.9.1.3. Serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual.....	532
11.9.1.4. Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento	536

11.9.1.5. Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha	537
11.9.2. Dispensa de licitação.....	538
11.10. Alienação e Regularização de Bens Públicos.....	549
11.11. Modalidades de Licitação.....	555
11.11.1. Pregão	556
11.11.2. Concorrência	558
11.11.3. Concurso.....	561
11.11.4. Leilão	562
11.11.5. Diálogo competitivo	563
11.12. Procedimentos Auxiliares da Licitação	565
11.12.1. Credenciamento.....	566
11.12.2. Sistema de Registro de Preços - SRP	567
11.12.3. Pré-qualificação.....	572
11.12.4. Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI.....	573
11.12.5. Registro cadastral.....	574
11.13. Critérios de Julgamento.....	576
11.14. Fases do Procedimento Licitatório	581
11.14.1. Fase preparatória.....	583
11.14.1.1. Audiência pública	587
11.14.1.2. Orçamento da contratação.....	588
11.14.1.3. Edital	590
11.14.2. Fase externa.....	592
11.14.2.1. Publicidade do edital e modos de disputa	592

11.14.2.2. Julgamento das propostas	595
11.14.2.3. Habilitação dos licitantes	598
11.14.2.3.1. Habilitação jurídica	599
11.14.2.3.2. Qualificação técnica.....	599
11.14.2.3.3. Qualificação econômico-financeira.....	601
11.14.2.3.4. Regularidade fiscal, social e trabalhista	601
11.14.2.4. Encerramento da licitação	603
11.14.2.4.1. Saneamento de irregularidades	603
11.14.2.4.2. Revogação da licitação	603
11.14.2.4.3. Anulação da licitação	605
11.14.2.4.4. Adjudicação.....	607
11.14.2.4.5. Homologação	608
11.15. Recursos administrativos.....	609
11.16. Tipos penais relacionados à Licitação	611
11.17. Licitações Diferenciadas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	612
Capítulo 12 – Contratos Administrativos	617
12.1. Introdução	617
12.2. Contratos da Administração Pública	619
12.2.1. Contrato privado da Administração	620
12.2.2. Contrato administrativo.....	621
12.3. Os Contratos Administrativos no Ordenamento Jurídico Brasileiro	622
12.3.1. Interpretação dos contratos administrativos	623
12.3.2. Espécies de contratos administrativos.....	623

12.4. Características dos Contratos Administrativos.....	625
12.4.1. Supremacia da Administração Pública.....	625
12.4.2. Formalismo.....	626
12.4.3. Natureza de contrato de adesão.....	627
12.4.4. Pessoaalidade (<i>intuitu personae</i>).....	628
12.4.5. Mutabilidade.....	629
12.4.6. As prerrogativas da Administração (cláusulas exorbitantes).....	630
12.4.6.1. Alteração unilateral de contrato.....	631
12.4.6.2. Rescisão unilateral de contrato.....	634
12.4.6.3. Fiscalização.....	636
12.4.6.4. Aplicação direta de penalidades.....	637
12.4.6.5. Ocupação temporária.....	641
12.4.6.6. Restrições à cláusula da exceção do contrato não cumprido.....	641
12.5. A Garantia nos Contratos Administrativos.....	643
12.6. Formalização dos Contratos Administrativos e Cláusulas Essenciais.....	645
12.7. Duração dos Contratos Administrativos.....	649
12.8. A Equação Económico-Financeira do Contrato Administrativo.....	652
12.8.1. Reajuste em sentido estrito.....	655
12.8.2. Repactuação de preços.....	657
12.8.3. Revisão contratual.....	660
12.9. Inexecução do contrato.....	662
12.9.1. Inexecução culposa.....	662

12.9.1.1. Inexecução por culpa do contratado	662
12.9.1.2. Inexecução por culpa da Administração.....	664
12.9.2. Inexecução sem culpa.....	665
12.9.2.1. Teoria da imprevisão	666
12.9.2.2. Força maior e caso fortuito	668
12.9.2.3. Fato do príncipe.....	669
12.9.2.4. Fato da Administração	671
12.10. Extinção do contrato.....	672
12.10.1. Cumprimento do objeto	673
12.10.2. Término do prazo	673
12.10.3. Anulação.....	673
12.10.4. Rescisão	677
12.10.4.1. Rescisão consensual.....	677
12.10.4.2. Rescisão administrativa.....	677
12.10.4.3. Rescisão judicial.....	678
12.10.4.4. Rescisão por decisão arbitral e outros meios alternativos	679
12.11. Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais	680
12.12. Convênios administrativos	683
Capítulo 13 – Serviços Públicos.....	685
13.1. Introdução.....	685
13.2. Conceito	686
13.3. Princípios.....	687
13.3.1. Princípio da generalidade.....	687

13.3.2. Princípio da continuidade	688
13.3.3. Princípio da modicidade	689
13.3.4. Princípio da eficiência	690
13.3.5. Princípio da mutabilidade do regime jurídico	691
13.4. Classificação dos Serviços Públicos	692
13.4.1. Quanto à possibilidade de transferência (serviços delegáveis e indelegáveis)	692
13.4.2. Quanto à essencialidade (serviços essenciais e não essenciais)	693
13.4.3. Quanto aos destinatários (serviços gerais e individuais)	693
13.4.4. Quanto à fruição (serviços administrativos e de utilidade pública)	694
13.4.5. Quanto à obrigatoriedade (serviços compulsórios e facultativos)	695
13.5. Competência para a prestação de serviços públicos	695
13.5.1. Serviços de competência da União	696
13.5.2. Serviços de competência dos Municípios	697
13.5.3. Serviços de competência dos Estados	698
13.5.4. Serviços de competência do Distrito Federal	698
13.6. Remuneração dos serviços públicos	699
13.7. Direitos e deveres dos usuários	700
13.8. Execução do Serviço Público	702
13.8.1. Execução direta	702
13.8.2. Execução indireta	703
13.8.3. Delegação de serviços públicos	705
13.8.3.1. Concessão de serviços públicos	706

13.8.3.1.1. Conceito e objeto.....	706
13.8.3.1.2. Natureza jurídica da concessão	709
13.8.3.1.3. Prazo e prorrogação da concessão.....	709
13.8.3.1.4. Exigência de licitação	711
13.8.3.1.5. As partes do contrato de concessão	711
13.8.3.1.5.1. Encargos do poder concedente	712
13.8.3.1.5.2. Encargos da concessionária	713
13.8.3.1.6. Cláusulas essenciais dos contratos de concessão	714
13.8.3.1.7. O caráter <i>intuitu personae</i> da concessão e a subconcessão	715
13.8.3.1.8. Responsabilidade da concessionária	718
13.8.3.1.9. Intervenção na concessão	720
13.8.3.1.10. Extinção da concessão.....	721
13.8.3.1.10.1. Advento do termo contratual	721
13.8.3.1.10.2. Encampação.....	722
13.8.3.1.10.3. Caducidade	724
13.8.3.1.10.4. Rescisão	725
13.8.3.1.10.5. Anulação	726
13.8.3.1.10.6. Falência ou extinção da concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.....	728
13.8.3.2. Permissão de serviço público.....	729
13.8.3.2.1. Distinções entre concessão e permissão de serviço público	731
13.8.3.3. Autorização de serviço público	732
13.9. Parcerias público-privadas (concessões especiais)	733

13.9.1. Introdução e conceito.....	733
13.9.2. Modalidades.....	734
13.9.2.1. Concessão patrocinada.....	735
13.9.2.2. Concessão administrativa	736
13.9.3. Diretrizes aplicáveis às parcerias público-privadas.....	737
13.9.4. Sociedade de propósito específico.....	738
Capítulo 14 – Bens Públicos.....	741
14.1. Introdução.....	741
14.2. Domínio público e domínio eminente	741
14.3. Conceito	743
14.4. Classificação	744
14.4.1. Quanto à titularidade.....	744
14.4.2. Quanto à destinação	745
14.4.2.1. Bens de uso comum do povo.....	746
14.4.2.2. Bens de uso especial.....	747
14.4.2.3. Bens dominicais.....	748
14.5. Afetação e desafetação	749
14.6. Regime jurídico dos bens públicos.....	751
14.6.1. Inalienabilidade	751
14.6.2. Impenhorabilidade	752
14.6.3. Imprescritibilidade.....	754
14.6.4. Não onerabilidade	755
14.7. Principais bens públicos.....	756
14.7.1. Terras devolutas	756

14.7.2. Plataforma continental	758
14.7.3. Terrenos de marinha	758
14.7.4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	759
14.7.5. Faixa de fronteira.....	760
14.7.6. Ilhas	761
14.7.7. Águas Públicas	762
14.7.8. Terrenos reservados.....	763
14.8. Uso dos bens públicos por particulares.....	764
14.8.1. Uso comum	765
14.8.2. Uso privativo.....	765
14.8.2.1. Autorização de uso	766
14.8.2.2. Permissão de uso	768
14.8.2.3. Cessão de uso	770
14.8.2.4. Concessão de uso.....	772
14.8.2.5. Concessão de direito real de uso	773
14.8.2.6. Concessão de uso especial para fins de moradia	775

Capítulo 15 – Intervenção do Estado na Propriedade

e no Domínio Econômico	779
15.1. Introdução.....	779
15.2. Fundamentos da intervenção do Estado na propriedade	780
15.3. Modalidades de intervenção	783
15.3.1. Modalidades de intervenção restritiva	784
15.3.1.1. Servidão administrativa	784
15.3.1.1.1. Instituição e extinção da servidão	786

15.3.1.1.2. Características da servidão administrativa.....	787
15.3.1.2. Requisição administrativa.....	788
15.3.1.2.1. Instituição e extinção	789
15.3.1.2.2. Características da requisição administrativa	790
15.3.1.3. Ocupação temporária.....	791
15.3.1.3.1. Instituição e extinção	792
15.3.1.3.2. Características da ocupação temporária	793
15.3.1.4. Limitações administrativas	794
15.3.1.4.1. Características das limitações administrativas	796
15.3.1.5. Tombamento.....	797
15.3.1.5.1. Natureza jurídica.....	799
15.3.1.5.2. Espécies	800
15.3.1.5.3. Efeitos do tombamento	801
15.4. Desapropriação	803
15.4.1. Conceito	804
15.4.2. Aquisição originária de propriedade.....	804
15.4.3. Natureza jurídica.....	806
15.4.4. Pressupostos constitucionais.....	806
15.4.5. Objeto.....	810
15.4.5.1. Bens públicos	810
15.4.5.2. Bens das entidades da Administração Indireta	811
15.4.6. Competências	813
15.4.7. Destinatários dos bens desapropriados	815
15.4.8. O procedimento expropriatório e suas fases.....	816

15.4.9. Ação de desapropriação.....	818
15.4.9.1. Intervenção do Ministério Público.....	818
15.4.9.2. Contestação	819
15.4.9.3. Imissão provisória na posse	820
15.4.9.4. Prova pericial.....	822
15.4.9.5. Sentença.....	823
15.4.10. Juros moratórios e compensatórios	825
15.4.11. Desapropriações em espécie.....	826
15.4.11.1. Desapropriação genérica	826
15.4.11.1.1. Desapropriação por zona.....	828
15.4.11.2. Desapropriação para fins de reforma agrária	829
15.4.11.3. Desapropriação urbanística.....	833
15.4.11.4. Desapropriação confiscatória.....	835
15.4.11.5. Desapropriação quilombola	838
15.4.12. Institutos afins à desapropriação	840
15.4.12.1. Desapropriação indireta.....	840
15.4.12.2. Direito de extensão.....	843
15.4.12.3. Tredestinação	844
15.4.12.4. Retrocessão	846
15.5. Intervenção do Estado no Domínio Econômico.....	846
15.5.1. Introdução	846
15.5.2. Meios de intervenção.....	849
15.5.2.1. Monopólio.....	849
15.5.2.2. Repressão ao abuso do poder econômico	850

15.5.2.3. Controle de abastecimento.....	851
15.5.2.4. Controle de preços.....	851
15.5.2.5. Criação de empresas estatais.....	852
Referências bibliográficas	853